

REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Movimento de insurreição contra o governo provisório de Getúlio Dornelles Vargas, ocorrido de julho a outubro de 1932, em São Paulo.

Os insurgentes exigem a convocação da Assembléia Constituinte prometida por Vargas em sua campanha pela Aliança Liberal e na Revolução de 1930.

Além dos interesses das oligarquias paulistas, a Revolução Constitucionalista tem suas raízes na tradição liberal democrática de amplas alas da sociedade urbana estadual.

Derrotados pela Revolução de 1930, setores da elite oligárquica de São Paulo defendem a instalação de uma Constituinte com o objetivo de fazer oposição ao governo provisório.

O presidente Vargas é acusado de retardar a elaboração de uma nova Constituição (ver Constituições brasileiras).

No início de 1932, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático aliam-se na Frente Única Paulista e lançam uma campanha pela constitucionalização do país e o fim da intervenção federal nos Estados.

A repercussão popular é grande. Os atos públicos multiplicam-se e as manifestações tornam-se mais fortes. No dia 23 de maio de 1932, durante um comício no centro da capital, a polícia reprime violentamente os manifestantes. Quatro estudantes são assassinados. Em sua homenagem, o movimento passa a se chamar MMDC – iniciais de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, os mortos – e amplia sua base de apoio entre a classe média. **Batalhões de voluntários** – Em 9 de julho começa a rebelião armada, proclamada pelo ex-governador paulista Júlio Prestes e pelo próprio interventor federal Pedro de Toledo, que aderira à campanha constitucionalista. Milhares de voluntários civis são incorporados aos batalhões das forças estaduais. Seu efetivo chega a 40 mil homens, deslocados para as três grandes frentes de combate, nas divisas com o sul de Minas Gerais, o norte do Paraná e no Vale do Paraíba. Os comandantes militares Isidoro Dias Lopes, Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, contudo, sabem que as forças federais são muito superiores. Eles contam com a adesão e o apoio prometidos por outros Estados, como Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Mas o reforço esperado não chega e São Paulo é cercado pelas

tropas legalistas. Depois de negociações, envolvendo anistia aos soldados rebeldes e facilidades para o exílio dos líderes civis e chefes militares do movimento, os paulistas anunciam oficialmente sua rendição em 3 de outubro de 1932.(A. A.)